

CAMINHOS DO ALTO VALE: ROTA AS MARGENS DA RODOVIA BR 470 E O IMPACTO REGIONAL COM ENTRADA DE NOVOS ATORES NO CENÁRIO POLÍTICO NA FORMAÇÃO E ALTERAÇÃO DA AGENDA PÚBLICA

Neuma AnderleFelizari²

Iliane Medeiros dos Santos da Silva³

RESUMO

A Agenda Política é um processo pré-decisório e forma-se analisando um conjunto de meios, indicadores, ações, atores, necessidades público sociais. Seus principais problemas são os temas de problemas nacionais e regionais, podendo estar relacionada inclusive com os Poderes, Executivo, Legislativo e Judiciário. A atividade política, os novos atores, em si tem poder de negociação para mudança e direcionamento da agenda política podendo alterar a agenda pública, impactando de forma negativa ou positiva dentro de uma determinada região. Os Caminho do Alto Vale estão diretamente vinculados a melhoria e duplicação da Rodovia BR 470, que aguarda por recursos e melhorias emergenciais, conseqüentemente sua inclusão e exclusão na formação de Agenda Política afetam diretamente uma região com potencial turístico rural, o caminho calvário que ostenta o nome de rodovia da morte parece passar despercebido aos olhos dos políticos, são anos de indiferença a uma região com belezas naturais que podem ser aproveitadas em todos seu potencial, inserindo no contexto do Alto Vale recursos financeiro seja por empresas ou por trabalho do pequeno empreendedor rural evitando um êxodo familiar para outras regiões em busca de crescimento e uma melhor qualidade de vida

Palavra Chave: Agenda, Políticas Públicas, Novos Atores, Rodovia BR 470, recursos.

¹Artigo produzido para conclusão do curso de Pós Graduação de Agente de Desenvolvimento Regional do Centro Universitário para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí (Unidavi).

² Graduada em Dogmática Jurídica pela Universidade do Alto Vale do Itajaí - UNIDAVI. Acadêmica do Curso de Pós-graduação de Agente de Desenvolvimento Regional do Centro Universitário Para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí – UNIDAVI neumaanderle@hotmail.com

³ Doutorada em Sociologia Política pela Universidade Federal de Santa Catarina. E-mail: ilianemedeiros@unidavi.edu.br

ABSTRACT

The Political Agenda is a pre-decision process and is shaped by analyzing a set of means, indicators, actions, actors, public social needs, its main problems are the themes of national and regional problems, being able to be related also to the Powers, Legislative and Judiciary. Political activity, the new actors, has the power to negotiate for change and to direct the political agenda, which can alter the public agenda, impacting negatively or positively within a given region. The High Valley Pathways are directly linked to the improvement and duplication of the BR 470 Highway, which is waiting for resources and emergency improvements, consequently their inclusion and exclusion in the formation of Political Agenda directly affect a region with rural tourism potential, the calvary path that Death highway name seems to go unnoticed in the eyes of politicians, are years of indifference to a region with natural beauty that can be harnessed in all its potential, inserting in the context of Alto Vale financial resources either by companies or by the work of the small rural entrepreneur Avoiding an exodus familiar to other regions in search of growth and a better quality of life.

Keyword: Public Agenda, Public Policy, New Actors, Highway BR 470, resources.

1 INTRODUÇÃO

Dentro deste cenário nacional estão avaliados os fluxos de problemas, soluções e alternativas, política governamental e política. Quando novos atores se incorporam a política este cenário pode ser alterado de forma positiva ou não, demandando mudança de direção nas ações futuras.

Na incorporação de novos atores dentro da política pública se incorporam novas dinâmicas de participação, abrindo espaços e temas que aparecem na agenda por possibilidade de abertura da agenda para atendimento de determinada região.

A força da pressão de um grupo de determinada região com intuito de inserir na agenda política nova ação reflete diretamente sobre a economia, com mudança de índices de crescimento e em alguns casos na melhoria da qualidade vida.

A atividade política em si tem poder de negociação para mudança e direcionamento da agenda política podendo beneficiar certa região e desequilibrar outra por falta de recursos em área prioritária.

Neste ponto temos a agenda não governamental que corresponde a assuntos e problemas que estão na sociedade, e por algum motivo não despertaram a atenção do governo e dos formuladores de política e ficam aguardando oportunidade e disputando espaço e abertura para entrar na agenda governamental.

Dentro deste contexto vivemos um momento de crise de lideranças e representação em favor de mais de 50 município, são quase dois milhões de pessoas que estão ligados diretamente a Rodovia BR 470, mais de 40% das riquezas produzidas em nosso estado dependem da Rodovia BR 470, é uma Rodovia indispensável para a vida econômica e social à deriva do cumprimento de promessas que vem se arrastando entre mandos e desmandos por não encontrar um apoio contundente em favor da Rodovia BR 470.

Os Caminhos do Alto Vale, encontra-se dentro desta sinopse de triste realidade vivenciada por quem aqui vive e depende de uma infraestrutura melhor para expandir seus negócios, e que vislumbra novas formas de obter recursos financeiros explorando de forma consciente uma região de vasta natureza e com potencial turístico e comercial.

Nossa região cresceu as margens de Rodovia BR 470, que hoje tem um fluxo diário chega a ser quatro vezes maior que a capacidade da rodovia, e neste contexto fica o questionamento quem optaria por investir ou visitar nossa região se utilizado de uma rodovia que tem como apelido “Rodovia da Morte”, a falta da duplicação a precariedade de manutenção o descaso com a rodovia afeta diretamente a região que é penalizada na sua pior forma exclusão por escolha do visitante que prefere optar por regiões mais seguras, tranquilas e com trânsito fluindo normalmente para que ele possa ter o direito de ir e vir dentro do programando.

Uma das vítimas do acidente de segunda-feira na BR-470, em Pouso Redondo, não resistiu aos ferimentos e morreu na manhã desta terça-feira no Hospital Regional de Rio do Sul. Fabricio Henrique Enck, 24 anos, era morador de Concórdia e será sepultado na cidade do Oeste, conforme publicou a noiva, Lucienne Bonatto, nas redes sociais.

(<http://jornaldesantacatarina.clicrbs.com.br/sc/noticia/2017/04/morre-jovem-que-se-acidentou-na-br-470-em-pouso-redondo-9763843.html> - 04/04/2017)

Mesmo que pareça uma notícia comum, não é possível que o governo trate a Rodovia BR 470 como um caso que pode ser inserido e retirado das prioridades das políticas públicas, trata-se de um dano irreversível, um dano a vida, qualquer cidadão sabe que se utilizar da rodovia significa perigo eminente e com este adjetivo somos prejudicados diariamente. A falta de ações do governo em prol da rodovia afeta de forma negativa nossa região e de contrapartida afetado o ente federativo que deixa de arrecadar tributos é uma troca que não beneficia a ninguém mas que segue com promessas de ser prioridade dentro da agenda política.

2 POLÍTICAS PÚBLICAS

As políticas públicas são consideradas de extrema importância para a sociedade, sendo que, norteiam as ações do governo e evidenciam quais as atitudes que serão tomadas pelo mesmo. Mead (1995) a define como um campo dentro do estudo da política que analisa o governo à luz de grandes questões públicas e Lynn (1980), como um conjunto de ações do governo que irão produzir efeitos específicos.

Peters (1986) segue o mesmo veio: política pública é a soma das atividades dos governos, que agem diretamente ou através de delegação, e que influenciam a vida dos cidadãos. Dye (1984) sintetiza a definição de política pública como “o que o governo escolhe fazer ou não fazer”.

A política pública é a realização de algum programa que atenda toda ou um determinado grupo da sociedade. Esse atendimento por sua vez, implica no investimento de dinheiro público para sua realização.

Dessa forma, toda política pública implica uma despesa pública para realizá-la. Como recursos são escassos, não é possível atender a todas as demandas sociais, havendo necessidade de se priorizar algumas em detrimento de outras. A decisão de em que e quanto gastar é fundamentalmente é uma decisão política (OLIVEIRA, 2010, p. 275), tomada pelo gestor público.

As políticas públicas são divididas em estágio, também chamados de fases.

Na 1.^a fase, é feita a formação da agenda, onde são identificados os problemas e seleção das prioridades. No entendimento de Viana (1996), os autores concluem que estudar a construção da agenda é importante porque revela a natureza da relação entre o meio social e o processo governamental, permitindo até mesmo pensar na possibilidade de a agenda produzir estabilidade estrutural, do mesmo modo que o voto confere estabilidade conjuntural.

Na 2.^a fase, acontece a formulação de políticas, com a apresentação de soluções ou alternativas. Para Hoppe, Van de Graaf e Van Dijk (1985), o processo de formação de políticas pode ser visto como um diálogo entre intenções e ações, isto é, um processo contínuo de reflexão para dentro e ação para fora.

Na 3.^a fase, é feito o processo de tomada de decisão, com a escolha das ações. Segundo Lindblom (1959), a tomada de decisões é um processo de imitação ou de adaptação de soluções já implementadas em outros momentos ou contextos. As decisões são consideradas dependentes dos interesses dos autores envolvidos no processo de elaboração da política pública e, por isso, muitas vezes a solução escolhida não é a melhor opção mas sim aquela que foi politicamente lapidada em um processo de construção de consensos e de ajuste mútuo de interesses.

A 4.^a fase é de implementação ou execução das ações, é o fazer. No entendimento de Andrade (2016), É o momento em que o planejamento e a escolha são transformados em atos. É quando se parte para a prática. O planejamento ligado à organização é transformado em ação. São direcionados recursos financeiros, tecnológicos, materiais e humanos para executar a política.

Na 5.^a fase, é feita a avaliação, onde verifica-se se foi resolvido ou não o problema. Para Andrade (2016), é um elemento crucial para as políticas públicas. A avaliação deve ser realizada em todos os ciclos, contribuindo para o sucesso da ação. Também é uma fonte de aprendizado para a produção de melhores resultados. Nela se controla e supervisiona a realização da política, o que possibilita a correção de possíveis falhas para maior efetivação. Inclui-se também a análise do desempenho e dos resultados do projeto. Dependendo do nível de sucesso da política, o poder público delibera se é necessário reiniciar o ciclo das políticas públicas com as alterações cabíveis, ou se simplesmente o projeto é mantido e continua a ser executado.

A política pode ser dividida em: pública, assistência e governamental, sendo que política pública é classificada como:

(...) as decisões que envolvem questões de ordem pública com abrangência ampla e que visam à satisfação do interesse de uma coletividade. Podem também ser compreendidas como estratégias de atuação pública, estruturadas por meio de um processo decisório composto de variáveis complexas que impactam na realidade. São de responsabilidade da autoridade formal legalmente constituída para promovê-las (...) (CASTRO, 2012, p. 390).

Políticas Sociais são ações governamentais desenvolvidas em conjunto por meio de programas que proporcionam a garantia de direitos e condições dignas de vida ao cidadão de

forma igualitária e justa. São as Políticas que asseguram à população o exercício de direito de cidadania: Educação, Saúde, Trabalho, Assistência Social, Previdência Social, Justiça, Agricultura, Saneamento, Habitação Popular e Meio Ambiente (Secretaria de Desenvolvimento Social, 2016).

Já a política governamental tem sua instalação baseada nas políticas de cada governo, podendo ter os mesmo princípios, mas alterando de nome para assim ficar identificada como marca de determinado Governo.

Uma questão torna-se relevante a ponto de entrar ser incluída na agenda governamental a partir de tre pilares norteadores que são: “problemas, políticas, e participantes visíveis” (Kingdon J. 2003).

“Agenda é uma coleção de problemas, compreensão de causas, símbolos, soluções e outros elementos dos problemas públicos, que captam a atenção de membros do público e dos seus atores governamentais.” (Kingdon J. 2003).

Para definir se determinada política é prioridade torna-se necessário identificar se ela atingirá a sociedade e trará benefícios a mesma. Sendo relevante trazer qualidade população, seja ela para suprir as necessidades básicas ou adequar as necessidades humanas.

“Política Pública é um conceito abstrato que se materializa por meio de instrumentos variados. Para aqueles que acreditam em espírito, é como dizer que a política pública é uma alma, e esta precisa de um corpo para tomar vida. Políticas públicas tomam forma de programas públicos, projetos e leis, campanhas publicitárias, esclarecimentos públicos, inovações tecnológicas e organizacionais, subsídios governamentais, rotinas administrativas, decisões judiciais, coordenação de ações de uma rede de atores, gasto público direto, contratos formais e informais com *stakeholders*, entre outros” (Secchi L. 2013).

Ainda segundo Secchi 2013:

As tipologias de políticas públicas são formas de classificar os conteúdos, os atores, os estilos, as instituições, dentro de um processo de políticas públicas.

2.1 AGENDA PÚBLICA

Lista de problemas que aguardam resoluções identificados a partir de indicadores sociais analisados por amostragem ou por um fator específico (ex. epidemia, mortalidade, desastres naturais) ou mesmo no *feedback* das ações governamentais realizadas e que devem ser implementadas norteiam as ações a serem desenvolvidas dentro da agenda. São propostas elaboradas por grupos de interesse comum, especialistas, funcionários públicos, propondo

soluções para os problemas apresentados. Mesmo sendo caracterizado um problema este passa por um processo competitivo de seleção, para efetiva consideração dentro do processo decisório das políticas públicas.

Kingdon destaca atores governamentais e não-governamentais como participantes do processo decisório. Os atores governamentais são membros do próprio staff da administração (Presidente, Executivo e membros nomeados para exercer cargos públicos comissionados), parlamentares, funcionários do Congresso e integrantes do funcionalismo de carreira. Os atores não-governamentais são grupos de pressão ou de interesse, acadêmicos, pesquisadores e consultores, mídia, partidos políticos e opinião pública. Estes dois grupos são ainda subdivididos em atores visíveis e invisíveis. Os atores visíveis são aqueles que diretamente atuam na formação da agenda – o Presidente, os parlamentares, os partidos, a mídia – e que têm poder suficiente para estabelecer agendas governamentais; e os atores invisíveis aqueles que operam de forma indireta no processo político – os acadêmicos, os funcionários do Executivo e do Congresso -, atuando mais na produção de indicadores e nas alternativas de políticas. A ideia central é de que alguns atores são influentes na formulação da agenda governamental propriamente dita, e outros exercem maior influência na definição de alternativas de políticas. Com isso, o autor frisou que a formulação de políticas públicas está longe de representar um processo racional, onde os formuladores listam os problemas a serem enfrentados para que sejam elaboradas propostas ideais de solução. Em outra direção, mostrou que envolve uma convergência de fluxos e atuação de atores com recursos específicos de poder, além de momentos oportunos para sua proposição.

(A ideia de ciclo na análise de políticas públicas - Tatiana Vargas de Faria Baptista e Mônica de Rezende - <http://www.ims.uerj.br/pesquisa/ccaps/?p=432>)

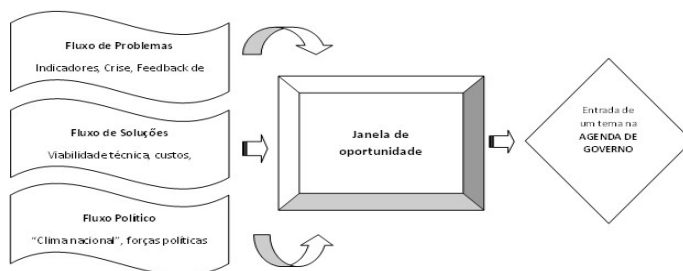
Segundo Kingdon existem três fluxos são caracterizados pela seguinte forma:

- *Fluxo de problemas* – remete às condições sociais e à forma como cada condição desperta a necessidade de ação. Problemas podem ser percebidos a partir de indicadores (por ex: taxas de mortalidade), de eventos, crises e símbolos (por ex: desastres, acontecimentos), ou no *feedback* de ações governamentais (por ex: no acompanhamento de atividades implementadas, retorno de metas e outros). Um problema, quando identificado por dados quantitativos, por crises, ou pelo retorno de ações governamentais, assume grande importância no debate de formulação de políticas, contribuindo para a construção de argumentos em favor de uma política que busque resolver tais questões. Ainda assim, a evidência dos problemas não é capaz de isoladamente influenciar a tomada de decisão, exigindo uma articulação com os demais fluxos.

- *Fluxo de alternativas e soluções* – são propostas rotineiramente elaboradas por especialistas, funcionários públicos, grupos de interesse, entre outros. Estes diferentes grupos mobilizam comunidades de políticas que se envolvem com determinados temas e aguardam o surgimento de oportunidades para propor soluções para os problemas. As alternativas e

soluções estão disponíveis e quando surgem os problemas passam por um processo competitivo de seleção, para a efetiva consideração no processo decisório das políticas.

- *Fluxo político* — dimensão da política ‘propriamente dita’, na qual as coalizões são construídas a partir de barganhas e negociações. Neste fluxo, três elementos exercem influência sobre a agenda governamental: o “clima” ou “humor” nacional (por ex: um momento político favorável a mudanças dado o carisma de um governante ou a conjuntura política, econômica e social); as forças políticas organizadas (grupos de pressão); e mudanças no interior do próprio governo.



2.2 A TOMADA DE DECISÃO

Existem regras constitucionais que limitam o raio de ação de quem toma as decisões, contudo os analista alertam que embora se busque entender as escolhas políticas dos formuladores e autoridades, elas estão intrínsecas em uma cultura política e social e em condições socioeconômicas que interferem nas decisões.

Neste contexto Secchi, 2013 p. 51, entende que:

No processo de elaboração de política pública, a tomada de decisões é vista como a etapa que sucede a formulação de alternativas de solução. A tomada de decisão representa o momento em que os interesse dos atores são equacionados e as intenções (objetivos e métodos) de enfrentamento de um problema público são explicitadas.

Há um reconhecimento que no processo de formulação e decisão ainda há uma limitação de conhecimento e do efetivo impacto que novas medidas podem causar, considerando que a configuração administrativa do país em cinco macrorregiões, 27 estados e 5.564 municípios dificulta a articulação e coordenação entre políticas e programas de

desenvolvimento regional. Somado a isso a dificuldade de implantar ou gerir e reestruturar projetos.

As desigualdades sociais estão sendo reduzidas em ritmo lento, mas é preciso reconhecer que o desenvolvimento regional tem experimentando avanços importantes nos últimos anos, com políticas pública voltadas a demandas específicas que contribuem para o alavancar o crescimento das regiões menos desenvolvidas, isso não significa que está havendo desenvolvimento e melhoria na qualidade de vida, significa que há um crescimento e que este pode sim afetar de forma positiva o desenvolvimento e a qualidade de vida de determinada região.

Segundo Boneti(2007, p. 74) o Estado se torna um agente que repassa à sociedade civil as decisões saídas do âmbito da correlação de forças travadas entre os agentes do poder. Assim, o autor conceitua políticas públicas, da seguinte forma:

Entende-se por políticas públicas o resultado da dinâmica do jogo de forças que se estabelece no âmbito das relações de poder, relações essas constituídas pelos grupos econômicos e políticos, classes sociais e demais organizações da sociedade civil. Tais relações determinam um conjunto de ações atribuídas à instituição estatal, que provocam o direcionamento (e/ou o redirecionamento) dos rumos de ações de intervenção administrativa do Estado na realidade social e/ou de investimentos.

Vários são os fatores que influenciam na implantação e no processo de planejamento de políticas públicas e na formação da agenda, que estas deveriam ser pautadas e priorizadas sobre qualquer tipo de evento, levando em consideração sua realidade local, suas necessidades emergentes, seus índices quantitativos e qualitativos.

“Independentemente do nível de análise, ou do nível de operacionalização, o conceito de política pública está vinculado à tentativa de enfrentamento de um problema público” (SECCHI, 2013).

O problema dentro de uma região demarcado por um trajeto prejudicial a eficiência, logística, econômica e social do Estado de Santa Catarina, que exige um esforço conjunto das autoridades visando sensibilizar o Governo Federal para destinação e aplicação de recursos dentro da Rodovia BR 470.

2.3 NOVOS ATORES ENVOLVIDOS NA AGENDA PÚBLICA

Eleitos pelo voto direto do povo, cabe a eles a função de inserir dentro da agenda pública uma alternativa que solucione um problema de uma região específica, levando em consideração a dinâmica das relações entre os atores obedeceram padrões de cálculo custo/benefício. A decisão sempre vai corresponder a um leque de alternativas conforme a hierarquia das preferências dos atores envolvidos, uma certa adequação entre os fins pretendidos e os meios disponíveis.

São os novos atores visíveis, conforme KINGDON, influenciam mais a agenda governamental. São eles o presidente, os ministros, os secretários, as lideranças políticas do Congresso, enfim, todos aqueles que se destacam por suas posições no sistema de poder e que têm visibilidade na mídia. Entre eles, o presidente da República é o ator mais influente na definição da agenda governamental, embora ele não consiga controlar quais propostas serão apresentadas à tomada de decisão.

Para que um problema político se torne item prioritário na agenda governamental é necessário que haja a identificação, por algum ator relevante, de vantagens a serem obtidas com o tratamento daquele problema, neste contexto a mídia opera como um agente focalizador que pode facilitar a circulação de ideia dentro da comunidade política, direcionando a tomada de decisões políticas para determinada região ou situação.

3. RODOVIA BR 470 DENTRO DA AGENDA PÚBLICA REGIONAL SOB O OLHAR DOS NOVOS ATORES

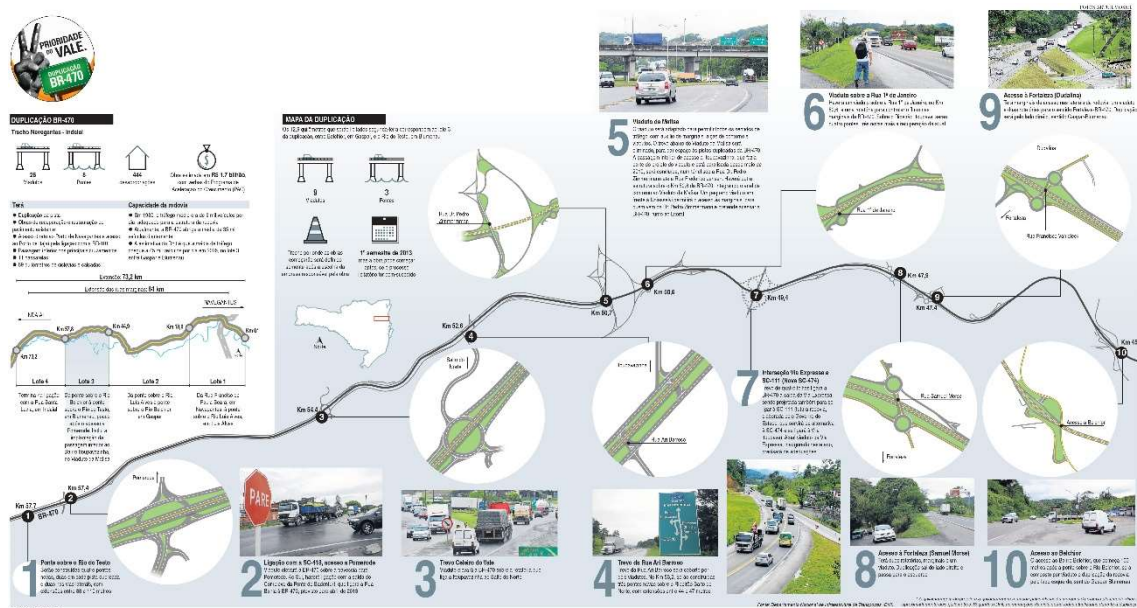
A mudança do mapa do turismo de Santa Catarina mudou criou duas novas regiões turísticas: Caminhos do Alto Vale e Vale das Águas. Pela Portaria nº 172, de 11 de julho de 2016, nossa região entrou para o mapa como Caminhos do Alto Vale: Agrolândia, Agronômica, Atalanta, Aurora, Braço do Trombudo, Chapadão do Lageado, Dona Emma, Ibirama, José Boiteux, Laurentino, Lontras, Mirim Doce, Presidente Getúlio, Presidente Nereu, Rio do Oeste, Rio do Sul, Salete, Santa Terezinha, Taió, Trombudo Central, Vidal Ramos e Vitor Meireles.

A regionalização e abertura de nova região turística está ligada diretamente à Rodovia BR 470, mais conhecida como a “Rodovia da Morte”. As mais belas paisagem tem o contrate uma via de acesso deficitária para comportar todo seu movimento. Sua duplicação vem sendo inserida na agenda como prioridade, *“mas ainda no ano passado, o DNIT comunicou*

que em 2017 a duplicação da rodovia federal no Vale do Itajaí deve continuar a passos lentos. Dos R\$ 450 milhões necessários para trabalhos e desapropriações na BR-470 apenas R\$ 90 milhões estão previstos no Projeto de Lei Orçamentária. Com este valor, não há possibilidade de ter um dos trechos duplicados neste ano.”¹

No Relatório de Gestão Temático 2013. DNIT – Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes. Item - 2.1.11 Projetos Rodoviários trazia em sua página 47 BR-470/SC Duplicação, incluindo Restauração de pista existe, implantação de Ruas Laterais e Reforço/Reabilitação/ Construção de Obra de Artes Especiais²

Em matéria do Jornal Diário Catarinense de 11 de abril de 2017, demonstra as fases da Rodovia BR 470, com início no primeiro semestre do ano de 2013 na cidade de Navegantes, em direção a região do Alto Vale.



<http://www.clicrbs.com.br/pdf/14000936.pdf>

Dentro deste contexto demonstra-se de forma clara que a Rodovia BR 470 vem sendo inserida na agenda política a mais de quatro anos, recebendo sinalização positiva para continuidade e posteriormente cortes de verbas.

Em matéria vinculada em 02 de maio de 2016 destacava-se:

¹<http://jornaldesantacatarina.clicrbs.com.br/sc/geral/noticia/2017/01/obras-de-duplicacao-na-br-470-sao-retomadas-9259784.html>

²<http://www.dnit.gov.br/download/relatorio-de-gestao-tematico.pdf>

Uma proposta em trâmite no Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT) pede a suspensão de 61 contratos de obras e supervisão de 31 rodovias de 14 estados do Brasil, entre elas a BR-470, por conta de cortes na verba do Ministério dos Transportes, pasta a qual o órgão está vinculado ([Http://jornaldesantacatarina.clicrbs.com.br/sc/noticia/2016/05/sem-dinheiro-governo-sugere-suspender-obras-da-br-470-5791978.html](http://jornaldesantacatarina.clicrbs.com.br/sc/noticia/2016/05/sem-dinheiro-governo-sugere-suspender-obras-da-br-470-5791978.html))

O resultado das pesquisas quanto ao início da duplicação pode ser constatado ainda por pronunciamento da sessão da Câmara Federal em 15 de maio de 2002.

Em audiência que me foi concedida há poucos dias, o Ministro dos Transportes, nosso colega Deputado João Henrique (PMDB-PI) afirmou que as obras de duplicação da rodovia BR 470 poderão ser iniciadas ainda em 2002. Na ocasião, para que a decisão do Ministro pudesse se tornar eficaz, faltava apenas a conclusão do projeto. Pois agora o projeto executivo está pronto e entregue. Os recursos para início da grande obra estão no orçamento, graças a emenda da bancada catarinense. Só falta ser lançado o edital público da licitação. O Estado de Santa Catarina está confiante que, desta vez, sai a duplicação da BR 470, sai uma das obras mais esperadas pela nossa população. [...]

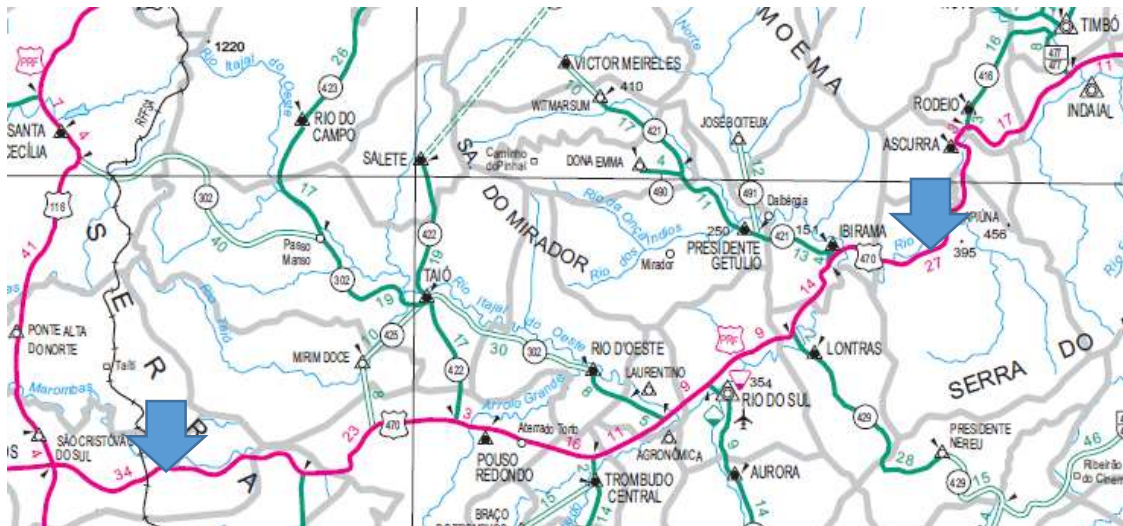
O Ministro afirmou que poderá lançar a concorrência pública ainda em junho e contratar a obra e dar a ordem de serviço no mês de novembro. Isso permitirá empenhar os recursos da emenda parlamentar catarinense para esta finalidade, assegurando a aplicação de mais de R\$30 milhões na obra.” (www.camara.gov.br/sileg/integras/35133.doc)

Embora a situação apresente diversas informações, não revela em momento algum com dados concretos que seja prejudicial a nossa região, exceto pelo relatório emitido pelo “Monitora FIESC”

A análise demonstra a grande dificuldade para a execução das obras. Esta situação pode ser reforçada pelos dados do Sistema “Monitora FIESC” da execução do Orçamento Geral da União, que indicam que no período de 2010 a 2015 para a duplicação, foram previstos R\$ 375 milhões, sendo que somente R\$ 91 milhões foram pagos até setembro de 2015 (incluindo os “restos a pagar”).

[...]

O DNIT contratou no início de 2013 as obras do CREMA/ 2ª Etapa no segmento entre os km 0,0 e 303,7 da Rodovia BR-470/SC englobando serviços de manutenção e conservação; obras de restauração de pistas, terceiras faixas e acostamento; obras de drenagem e complementares; e de melhoramentos em travessias urbanas. Apesar da contratação, as obras e os serviços mais significativos para a garantia de segurança e eficiência não foram executados, e, passados muitos meses, iniciaram-se recentemente.



* Indicativo da região afetada pela Rodovia BR 470 ↓

Passados quase três anos de vigência do contrato do Programa CREMA 2ª Etapa da Rodovia BR-470/SC verificou-se que foram executadas poucas obras de restauração e de melhoramentos no segmento entre Indaial e o entroncamento com a BR-116/SC, em São Cristóvão;

[...]

Essas deficiências estruturais rodoviárias acarretam graves problemas de competitividade às indústrias instaladas na região, gerando inclusive a migração dessas empresas para outros Estados.

(<https://fiesc.com.br/sites/default/files/analiseexpeditacrema-br470.pdf>)

4 RESULTADOS DA PESQUISA

Com a migração destas empresas para outros Estados resta a região investir em pequenos negócios do tipo acolhida na colônia, turismo rural pedagógico, turismo de aventura e implementar a agricultura familiar para a região, mas como investir em uma região onde a Rodovia BR 470 é sinônimo de beleza natural e ao mesmo tempo ostenta o título de rodovia da morte pela falta de investimentos em virtude da mudança anual de uma agenda política que se movimenta por de acordo com os novos atores do cenário político.

A região dos Caminhos do Alto Vale convive com a instabilidade política do atual cenário nacional, os recursos ora garantidos dentro da agenda política de um ano podem ser cancelados a qualquer momento por necessidade momentânea ou por interesses de um determinado grupo.

A obra inserida dentro do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, tem como principal objetivo melhorar o fluxo de trânsito e evitar mortes neste trajeto específico, mas no caso da região dos Caminhos do Alto Vale a melhoria da Rodovia BR 470, significa beneficiar desde empresas de grande porte até o pequeno empreendedor rural regional, não se

faz necessário relatório de gestão para comprovar que a ampliação para nossa região significa crescimento e desenvolvimento para região.

A importância para o desenvolvimento e economia está diretamente ligada a boas condições de infraestrutura, permitindo que cada região se especialize em suas atividades econômicas regionais (turismo rural, agricultura, pecuária, indústria), significa aumentar o universo de escolhas para os demais é abrir uma concorrência digna, reduzindo o tempo de percurso, o preço final do produto por existir uma maior demanda de solicitação. O presidente Washinton Luiz (1926-1930) afirmava que “Governar é construir estradas”. No caso dos Caminhos do Alto Vale governar significa melhorar nossa Rodovia, significa permitir um crescimento com desenvolvimento social para elevar a qualidade de vida e reduzir o êxodo rural que ainda é grande por não existir perspectivas aos jovens empreendedores da região.

A instabilidade dentro da agenda política quanto aos recursos destinados para melhoria da Rodovia BR 470, não vem sendo apreciada no modo pelo qual poderia ser analisado, quando os novos atores e os já existentes enxergarem que a Rodovia BR 470 pode ser um item prioritário na agenda governamental, e que as vantagens a serem obtidas com o tratamento daquele problema, vai operar como um agente focalizador e de captação, e que seu retorno será algo imediato, gerando a simpatia do povo para com o novo ator, pois a população da região pode passar a enxergar os investimentos como uma melhoria na qualidade de vida, aumento de rendimentos financeiros, possibilidade de novos negócios, abertura de novos campos de trabalhos.

Os atores são a influência do que entra na agenda, Segundo Secchi 2013, p. 99:

Na literatura das ciências políticas, os atores são aqueles indivíduos, grupos ou organização que desempenham um papel na arena política. Os atores relevantes em um processo de política pública são aquele que tem capacidade de influenciar, direta ou indiretamente, o conteúdo e os resultados da política pública.

A agenda política direcionada para Rodovia BR 470 pode ser considerada uma ótima opção e poderá ter como retorno votos tão almejados pelos atores dentro do cenário nacional, visto que todos os envolvidos e formadores da agenda política dentro do quadro buscam se manter estáveis quanto a sua posição dentro do quadro partidário; “São os atores que conseguem sensibilizar a opinião pública sobre problemas de relevância coletiva. São os atores que têm influência na decisão do que entra ou não na agenda” Secchi 2013, p. 99.

Em pronunciamento na Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina na 38ª Sessão Ordinária, do dia 24 de abril de 2012 um deputado no uso da tribuna discorria sobre o assunto:

Tenho dito desta tribuna que a BR-470 é importante porque através dela são transportadas mais de 40% da economia do estado, pois as mercadorias vêm do oeste em direção aos portos de Itajaí e de Francisco do Sul. Além disso, é importante também pelo que representa em termos de dignidade para o nosso povo, porque todos os anos ocorrem cerca de 100 óbitos naquele trecho.

Sendo assim, recebemos com muita satisfação a notícia - e os jornais estão registrando o fato - da estadualização da BR-470 com uma perspectiva concreta, sólida, de parceria com o governo federal.

(https://www.ale.sc.gov.br/portal_alesc/deputados/Ismael%20dos%20Santos%20/pronunciamento/83bdd645747c69fdb899a3ef0b7b1db7ff553aba)

A região dos Caminhos do Alto Vale vem sendo prejudicada, motoristas evitam a região, transportadores optam por não utilizarem a rota por perdas e danos, demora para chegar ao seu destino final, isso sem falar em mortes, apenas considerando os índices financeiros.

De acordo com Secchi, 2013, p. 2 a definição de política pública:

Uma política pública é uma diretriz elaborada para enfrentar um problema público. Vejamos essa definição no detalhe: uma política é uma orientação à atividades ou à passividade de alguém; as atividades ou passividades decorrente desta orientação fazem também parte da política pública. Uma política pública possui dois elementos fundamentais: intencionalidade pública e resposta a um problema público; em outras palavras, a razão para o estabelecimento de uma política pública é o tratamento ou a resolução de um problema entendido como coletivamente relevante.

A sociedade cobra do poder público uma solução, são grupos formados pela população inconformada com a situação caótica e trágica, por empresários que anseiam por ampliação de negócios e redução de perdas e danos, por entidades de classe que buscam crescimento para região, são famílias de pequenos produtores rurais que vêem seus filhos partirem para outras regiões por falta de um agronegócio atrativo para ficar na região.

A definição da agenda política de recursos esta vinculada diretamente ao empenho dos atores envolvidos na agenda política, de ouvirem as reivindicações, se sensibilizarem com o problema, de influenciarem para que os recursos sejam destinados e aplicados na rodovia BR

470, deixando de ser a rodovia da morte e se tornando uma rota de passeio turístico pelos belos Caminhos do Alto Vale.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A execução de melhoria e ampliação de obras junto a Rodovia BR 470, representa a possibilidade de crescimento de empreendimentos regionais, ampliando todos os ramos de atividades, será a extensão da logística com modernização e ampliação de fluxo, seja para área de turismo, industrial, agrícola.

Rodovia BR 470 precisa ser analisada além das políticas públicas, significa qualidade de vida ou no significado mais amplo significa “vida”, considerando os grandes problemas gerados pela falta de infraestrutura esta vinculado diretamente a mortes ocasionadas, aumento os índices de acidentes rodoviários e mantendo alerta a população que se utiliza da rodovia.

Análises estatísticas mostram que dos dados são preocupantes e exige providências a curto prazo, considerando que a Rodovia esta em fase de esgotamento por utilização e a falta de aplicação de recursos significa perdas econômicas.

Dentro dos conceitos descrito por SECCHI 2013, p. 102 e 105, ele enfatiza que um dos papéis primordiais dos políticos esta no estabelecimento de objetivos, ou seja identificar problemas públicos para melhor combatê-los. Dentro das políticas públicas seus destinatários em um contexto geral são grupos e organizações pelo qual a política deve ser elaborada, ou seja é dentro dos grupos e organizações que se recebe uma maior influencia e isso que provoca o processo de elaboração de política públicas voltadas para uma determinada demanda.

Cabe então aos políticos dentro da sua esfera e em consenso com seus interesses pessoais fazer fluir em nossa região uma solução concreta que atenda aos anseios de uma região, por se tratar de um processo com valor a imagem política e empatia com a população.

5.REFERÊNCIAS

ANDRADE, Danilo. **Conheça o ciclo das políticas públicas**. 2016. Disponível em: <<http://www.politize.com.br/ciclo-politicas-publicas/>>. Acesso em 16 nov. de 2016.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA,
https://www.alesc.sc.gov.br/portal_alesc/deputados/Ismael%20dos%20Santos%20/pronunciamento/83bdd645747c69fdb899a3ef0b7b1db7ff553aba

BONETI, L. W. **Políticas públicas por dentro**. Ijuí (RS): Unijuí, 2007.

CAPELLA, A. C. N. **Perspectivas teóricas sobre o processo de formulação de políticas públicas**. Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais – BIB (61), 2006: 25-52.

CLIC RBS, <<http://www.clicrbs.com.br/pdf/14000936.pdf>>- acesso em 03/04/2017

SECCHI, Leonardo. **Políticas Públicas: conceitos, esquemas e análise de casos práticos**. 2ª Edição – São Paulo: Cengage Learning, 2016.

DYE, Thomas D. **Understanding Public Policy**. Englewood Cliffs, N.J.: PrenticeHall. 1984.

HOPPE, Robert; Graaf, V. Henk&Dijk, V. Asje. **Implementation as design problem**. Problem tractability, policy theory and feasibility testing. Paris, 1985. (Trabalho apresentado na reunião da IPSA sobre Policy Implementation and Policy Evaluation.)
 Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/viewFile/8095/6917>>. Acesso em: 16 de nov. 2016.

JORNAL DE SANTA CATARINA,

<http://jornaldesantacatarina.clicrbs.com.br/sc/geral/noticia/2017/01/obras-de-duplicacao-na-br-470-sao-retomadas-9259784.html> - acesso em 03/04/2017

JORNAL DE SANTA CATARINA

<<http://jornaldesantacatarina.clicrbs.com.br/sc/noticia/2016/05/sem-dinheiro-governo-sugere-suspender-obras-da-br-470-5791978.html>> - acesso em 03/04/2017

<<https://fiesc.com.br/sites/default/files/analiseexpeditacrema-br470.pdf>> - acesso em 03/04/2017

JORNAL DE SANTA CATARINA

<<http://jornaldesantacatarina.clicrbs.com.br/sc/noticia/2017/04/morre-jovem-que-se-acidentou-na-br-470-em-pouso-redondo-9763843.html>> - 04/04/2017

KINGDON, J. **Agendas, alternatives and public choices**. Boston: Little Brown, 1984.

LINDBLOM, C. E. **The Science of “muddling through”**. Public Administration Review v. XIX, n. 2, p. 79-88, 1959.

MEAD, L. M. **“Public Policy: Vision, Potential, Limits”**, Policy Currents, Fevereiro: 1-4. 1995.

OLIVEIRA, Regis Fernandes de. **Curso de direito financeiro**. 3. ed. rev. e atual. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2010.

PETERS, B. G. **American Public Policy**. Chatham, N.J.: Chatham House. 1986.
em:<<https://encontroprogramadeprotecao.files.wordpress.com/2011/11/ciclo-de-polc3adticas-pc3babras.pdf>>. Acesso em: 16 de nov. 2016.